

RECURSO ESPECIAL Nº 1.793.783 - PA (2019/0020325-6)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : JOSE ALVES DA SILVA
RECORRENTE : JOANA LIMA DA SILVA
ADVOGADOS : FABRÍCIO BACELAR MARINHO - PA007617
EWERTON PEREIRA SANTOS - PA020745
RECORRIDO : ESTADO DO PARÁ
PROCURADOR : MARIA ELISA BRITO LOPES E OUTRO(S) - PA011603
INTERES. : C DOS A DA S (MENOR)
ADVOGADO : FABRÍCIO BACELAR MARINHO - PA007617
INTERES. : C DOS A DA S (MENOR)
INTERES. : C DOS A DA S (MENOR)
REPR. POR : MARIA JACI SILVA DOS ANJOS
ADVOGADO : FABRÍCIO BACELAR MARINHO - PA007617

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. IMPUGNAÇÃO DO VALOR FIXADO A TÍTULO DE VERBA HONORÁRIA. REVISÃO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por JOSE ALVES DA SILVA e JOANA LIMA DA SILVA, em face de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará que inadmitiu o recurso especial manejado contra acórdão assim ementado (fls. 405/412 e-STJ):

APELAÇÃO. AÇÃO DE DANO MORAL - PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE ATIVA. ACOLHIDA EM PARTE. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. CRATERA NA RODOVIA ESTADUAL. MORTE DO CONDUTOR/FILHO. PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE. CULPA OBJETIVA - CONFIGURADOS. NEXO DE CAUSALIDADE E DANO DEMONSTRADO. - DANOS MORAIS. DEVIDO. VALOR INDENIZADO. OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. JUROS MORATÓRIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA - INCIDÊNCIA. NÃO CABIMENTO. CUSTAS. ISENÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA. PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS. 1- O espólio não tem legitimidade ativa ad causam para pleitear indenização por danos morais sofridos pelos herdeiros em decorrência do óbito de seu genitor, sendo legitimados os herdeiros, que in casu só restaram demonstrados os genitores do de cujos; 2 - Comprovados o fato, o dano e o nexo de causalidade entre eles, emerge o dever de indenizar, consoante art. 37, § 6º da CF/88; 3- Indenização por danos morais deve ser deferido face a morte

prematura de ente querido Independente de prova, portanto, a caracterização do dano extrapatrimonial, nesse tipo de circunstância é presumido; 4- Não se indeniza a vida humana, pois esta não tem preço. Admite-se que a indenização tem por fim minorar o sofrimento. In casu, fixado em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) os danos morais, cabendo a cada genitor o equivalente a 50% do valor fixado; Observado os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, a título de compensação por dano moral; 5 -Tendo a parte decaído na parte mínima do pedido deve o réu arcar com os ônus sucumbenciais. Honorários advocatícios em R\$ 2.000,00 (dois mil reais). 6- Em se tratando de responsabilidade extracontratual, os juros moratórios incidem desde o evento danoso, inclusive sobre o valor dos danos morais. Enunciado 54 da Súmula do STJ. A correção monetária deve incidir a partir da fixação de valor definitivo para a indenização do dano moral. Enunciado 362 da Súmula do STJ; 7 - Isenção da Fazenda Pública ao pagamento de custas, pois a Lei Estadual nº 5.738/93 concedeu-lhe a prerrogativa de isenção desse ônus; 8- Recurso de apelação conhecido e em parte provido.

Nas razões do recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, alínea "a" do permissivo constitucional, os recorrentes alegam violação ao art. 85, §3º, I, do CPC/2015, sustentando que "resta demonstrado que merece reforma decisão ora recorrida, no que toca aos honorários advocatícios sucumbenciais, pois tal valor fixado na decisão recorrida não guarda melhor relação com a relação pertinente ao caso, devendo ser fixado o percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos previstos no Art. 85, §3º, I do CPC, por ser medida de Justiça que se impõe". (e-STJ, fls. 153/157)

Contrarrazões às fls. 160/166 e-STJ.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Com efeito, o Tribunal de origem ao analisar o valor fixado a títulos de honorários assim se manifestou (fls. 143/152 e-STJ):

Também examino a presente questão, de ofício, por ser público o interesse processual. A questão versada nos autos (indenização -morte acidente de trânsito) não é de grande complexidade, bem como a causa não demandou dilação probatória. Desta forma, atendendo aos critérios de equidade dados pelo §4º do art. 20, do Código de Processo Civil, em atenção aos parâmetros das alíneas 'a', 'b' e 'c' do anterior par. 30, sopesados o grau de zelo do profissional que atuou na causa, o local de prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, entendo que a fixação da verba no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) remunera dignamente o procurador da parte, sem importar em pesado ônus a parte sucumbente.

Cumprе ressaltar, que é pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que deve ser conhecido e provido recurso especial para rever a fixação de verba honorária em valor irrisório ou excessivo, pois nesses casos não há observância do juízo de equidade preconizado na legislação processual civil. Nesse sentido: REsp 526.508/SP, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 21.2.2005; REsp 606.375/MS, 5ª Turma, Rel.

Min. Laurita Vaz, DJ de 29.11.2004.

No entanto, não-configurada a hipótese supramencionada, aplica-se o entendimento consolidado neste Tribunal no sentido de que a revisão do valor relativo aos honorários advocatícios, consubstanciada na tese de que houve condenação em valor irrisório, requer a apreciação de critérios, os quais são primordialmente factuais, quais sejam o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

Dessa forma, a fixação de percentual de honorários advocatícios não é possível em sede especial porquanto implica incursão ao suporte fático-probatório carreado aos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

Nesse sentido, destaca-se:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. EXONERAÇÃO. ALTERAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

I - Recebidos os embargos de declaração como agravo interno. II - No tocante ao pedido de majoração do valor fixado a título de verba honorária, é firme a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça no sentido de não ser possível, por meio de recurso especial, a revisão do critério de justiça e razoabilidade utilizado pelas instâncias ordinárias para fixação da verba advocatícia, por depender tal providência da reapreciação dos elementos fático-probatórios do caso concreto. III - Excetuada as hipóteses em que o valor afigura-se manifestamente ínfimo ou exorbitante, o que não se verifica na espécie, a majoração ou redução dos honorários advocatícios atrai a incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ. IV - Embargos de declaração recebidos como agravo interno. Agravo interno improvido. (EDcl no AREsp 1232817/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 14/05/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator